

DA REFORMA POMBALINA À EDUCAÇÃO BRASILEIRA: PERMANÊNCIAS, RUPTURAS E ATUALIDADE

FROM THE POMBALINA REFORM TO BRAZILIAN EDUCATION: CONTINUITIES, DISRUPTIONS, AND CONTEMPORARY RELEVANCE

DE LA REFORMA POMBALINA A LA EDUCACIÓN BRASILEÑA: PERMANENCIAS, RUPTURAS Y ACTUALIDAD

Wilma Freire Arriel Pereir¹
Antônio Zenon Antunes Teixeira²

RESUMO: O presente estudo analisa as reformas educacionais promovidas pelo Marquês de Pombal no século XVIII e seus impactos na formação da educação brasileira até a atualidade. A pesquisa contextualiza o período pombalino em Portugal e no Brasil colonial, destacando a expulsão dos jesuítas e a criação das aulas régias, marcando a transição de um modelo religioso para um ensino laico e estatal. A abordagem metodológica é qualitativa, histórica e bibliográfica, fundamentada em autores como Saviani, Romanelli, Carvalho e Nóvoa. Os resultados indicam que as reformas pombalinas introduziram princípios de centralização, racionalidade e utilidade social da educação, cuja influência permanece nas políticas educacionais brasileiras contemporâneas. Observa-se, porém, a coexistência de avanços na institucionalização da educação com limitações, como desigualdades de acesso e caráter elitista do ensino. Conclui-se que o legado de Pombal é ambíguo: modernizador e estruturante, mas também restritivo e hierárquico, oferecendo importantes subsídios para compreender as tensões históricas que ainda caracterizam a educação no Brasil.

1

Palavras-chave: Marquês de Pombal. Educação brasileira. Reformas educacionais. Estado e ensino.

ABSTRACT: This study examines the educational reforms implemented by the Marquis of Pombal in the 18th century and their impact on the development of Brazilian education up to the present. The research contextualizes the Pombaline period in Portugal and colonial Brazil, highlighting the expulsion of the Jesuits and the creation of the royal classrooms, marking the shift from a religious to a secular, state-controlled education system. The methodology is qualitative, historical, and bibliographical, based on authors such as Saviani, Romanelli, Carvalho, and Nóvoa. The findings indicate that Pombaline reforms introduced principles of centralization, rationality, and social utility of education, whose influence persists in contemporary Brazilian educational policies. However, the study also notes the coexistence of institutional advancements with limitations, such as access inequalities and the elitist nature of education. It concludes that Pombal's legacy is ambivalent: modernizing and structuring, yet restrictive and hierarchical, providing important insights into the historical tensions that still characterize education in Brazil.

Keywords: Marquês de Pombal. Brazilian education. Educational reforms. State and schooling.

¹ Mestranda Centro Universitário UNIMAIS.

² Professor Instituto Federal de Goiás.

RESUMEN: El presente estudio analiza las reformas educativas promovidas por el Marqués de Pombal en el siglo XVIII y sus impactos en la educación brasileña hasta la actualidad. La investigación contextualiza el período pombalino en Portugal y en la colonia brasileña, destacando la expulsión de los jesuitas y la creación de las aulas reales, marcando la transición de un modelo religioso hacia una educación laica y estatal. La metodología adoptada es cualitativa, histórica y bibliográfica, basada en autores como Saviani, Romanelli, Carvalho y Nóvoa. Los resultados muestran que las reformas pombalinas introdujeron principios de centralización, racionalidad y utilidad social de la educación, cuya influencia se mantiene en las políticas educativas brasileñas contemporáneas. No obstante, también se observan limitaciones, como desigualdades de acceso y carácter elitista de la enseñanza. Se concluye que el legado de Pombal es ambiguo: modernizador y estructurante, pero también restrictivo y jerárquico, ofreciendo herramientas clave para comprender las tensiones históricas que aún caracterizan la educación en Brasil.

Palabras clave: Marquês de Pombal. Educación brasileña. Reformas educativas. Estado y enseñanza.

INTRODUÇÃO

O século XVIII foi um período de intensas transformações políticas, econômicas e culturais na Europa, marcando a consolidação do Iluminismo como movimento filosófico e racionalista que questionava a autoridade da Igreja e defendia a primazia da razão e da ciência na organização da vida social. Nesse contexto, emergem novas concepções sobre o papel do Estado, da economia e da educação na formação dos indivíduos e das nações modernas (Carvalho, 2011).

2

Em Portugal, esse espírito reformista encontrou expressão nas ações de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, primeiro-ministro do rei D. José I, que promoveu um conjunto de reformas de caráter político, econômico e educacional com o intuito de fortalecer o Estado e reduzir o poder da Igreja, especialmente da Companhia de Jesus. As medidas pombalinas buscavam modernizar o império português, reorganizando sua administração e suas colônias à luz dos ideais iluministas (Saraiva, 2001).

A educação ocupou um papel central nesse projeto reformador. A expulsão dos jesuítas em 1759, responsável por uma profunda reestruturação do sistema de ensino, simbolizou o rompimento com o modelo pedagógico tradicional e religioso que dominava a formação intelectual em Portugal e no Brasil colonial desde o século XVI. Com isso, Pombal inaugurou uma nova fase na história educacional lusitana, marcada pela laicização do ensino e pela tentativa de torná-lo instrumento de fortalecimento do Estado (Saviani, 2008).

A reforma pombalina da instrução pública representou, assim, o primeiro esforço sistemático de centralização estatal da educação. A substituição das escolas jesuíticas por aulas

régias, supervisionadas pelo governo, expressou a intenção de criar um sistema de ensino racional, voltado para a formação de súditos disciplinados e produtivos, conforme as necessidades do Estado absolutista português (Romanelli, 2010).

Ainda que concebidas no contexto do Antigo Regime, as políticas pombalinas trouxeram elementos que seriam incorporados às concepções modernas de educação, como a valorização do ensino público, a regulação estatal e o princípio da utilidade social do conhecimento. Tais fundamentos, introduzidos no século XVIII, exerceriam duradoura influência na organização educacional brasileira nos séculos seguintes (Nóvoa, 1992).

No caso do Brasil, então colônia portuguesa, as reformas pombalinas tiveram impacto direto na reorganização do ensino. A implantação das aulas régias, a criação de disciplinas de caráter científico e a substituição do ensino catequético por conteúdos laicos representaram mudanças significativas na forma de ensinar e aprender (Haidar, 2006).

Essas transformações, ainda que limitadas em alcance e abrangência, inauguraram uma concepção de educação como instrumento de política pública e de consolidação do poder do Estado, rompendo com o monopólio religioso da instrução e abrindo caminho para as reformas posteriores do período imperial (Bittencourt, 2012).

A relevância histórica do Marquês de Pombal para a educação, portanto, não se restringe ao seu tempo. Seus princípios reformistas ecoam na construção da identidade educacional brasileira, sobretudo na centralização administrativa, na burocratização do sistema e na permanência de uma visão elitista de ensino (Saviani, 2008).

A análise de seu legado permite compreender a gênese de muitas das tensões que ainda marcam a educação brasileira contemporânea, como a dicotomia entre ensino popular e ensino de elite, a distância entre teoria e prática e o papel do Estado na gestão da educação pública (Romanelli, 2010).

Dessa forma, estudar o pensamento e as reformas de Pombal é fundamental para compreender como a educação foi apropriada como instrumento de poder político e de controle social, bem como para analisar a formação do Estado educador no Brasil (Nóvoa, 1992).

A importância deste estudo reside, portanto, em revisitar criticamente o legado pombalino e identificar os elementos de continuidade e ruptura entre o modelo ilustrado do século XVIII e as políticas educacionais atuais. Tal abordagem possibilita reconhecer o quanto as ideias de racionalidade, utilidade e disciplina permanecem estruturando as práticas e discursos educacionais contemporâneos (Carvalho, 2011).

O problema de pesquisa que orienta este trabalho pode ser assim formulado: de que forma as reformas educacionais implementadas pelo Marquês de Pombal no século XVIII influenciaram a estrutura, os princípios e as políticas educacionais brasileiras até a atualidade?

Para responder a essa questão, torna-se necessário examinar não apenas o contexto histórico das reformas pombalinas, mas também a sua projeção sobre o pensamento pedagógico e sobre a organização institucional do ensino no Brasil, desde o período colonial até o século XXI (Saviani, 2008).

Além disso, a discussão sobre o legado pombalino contribui para compreender como as práticas de centralização e regulação do ensino pelo Estado moldaram o perfil da escola pública brasileira, frequentemente marcada por burocratização, desigualdades e contradições entre democratização e controle social (Nóvoa, 1992).

A presente pesquisa, de natureza qualitativa e histórica, parte do pressuposto de que as ideias e reformas do Marquês de Pombal constituem um marco fundador da educação laica e estatal no mundo lusófono, cujas repercussões atravessam os séculos e permanecem presentes na estrutura do sistema educacional brasileiro (Romanelli, 2010).

A investigação propõe-se, assim, a revisitar criticamente as transformações do século XVIII, observando suas implicações teóricas e práticas, e refletindo sobre sua atualidade diante dos desafios contemporâneos da educação pública no Brasil (Carvalho, 2011).

O estudo justifica-se também pela necessidade de ampliar o debate sobre a gênese da educação moderna, reconhecendo que compreender o passado é condição essencial para propor políticas educacionais mais democráticas e eficazes no presente (Saviani, 2008).

Objetivo geral

Analisar as reformas educacionais promovidas pelo Marquês de Pombal e suas influências na constituição e evolução da educação brasileira até a atualidade.

Objetivos específicos:

- a) Contextualizar historicamente o século XVIII e as reformas pombalinas no âmbito do Iluminismo português;
- b) Identificar os impactos das reformas pombalinas sobre o ensino na colônia brasileira;
- c) Investigar as permanências e rupturas do modelo pombalino nas políticas educacionais do Brasil;
- d) Discutir a relevância contemporânea do legado pombalino na gestão e concepção da educação pública.

Fundamentação Teórica

O século XVIII foi um marco de grandes transformações na história da civilização ocidental. O pensamento iluminista, centrado na razão, na ciência e no progresso, propôs uma nova visão de mundo, contrapondo-se ao obscurantismo religioso e ao poder absoluto da Igreja. Essa corrente filosófica defendia que a educação era o meio privilegiado para o avanço da sociedade e o fortalecimento do Estado moderno (Saviani, 2008).

Em Portugal, o Iluminismo encontrou expressão política nas reformas do Marquês de Pombal, que buscou alinhar o império lusitano às novas ideias europeias de racionalidade e centralização administrativa. O ministro de D. José I implementou medidas de modernização inspiradas nas reformas ilustradas da Áustria e da Prússia, adaptando-as ao contexto português (Carvalho, 2011).

As reformas pombalinas, especialmente no campo educacional, tiveram como principal marco a expulsão da Companhia de Jesus em 1759, evento que alterou radicalmente o panorama da instrução pública. Até então, os jesuítas monopolizavam o ensino e eram responsáveis pela formação intelectual e moral tanto da elite quanto do povo (Haidar, 2006).

Com a retirada dos jesuítas, Pombal assumiu a tarefa de reorganizar o ensino, implantando o sistema das “aulas régias”, no qual professores nomeados pelo Estado ministravam conteúdos laicos e voltados à razão e à utilidade prática. Essa medida simbolizou a transição de um modelo religioso para um modelo estatal e secularizado de educação (Romanelli, 2010).

O novo modelo de ensino priorizava disciplinas como gramática, filosofia e ciências naturais, em substituição à formação teológica tradicional. O ensino passou a ser entendido como instrumento de desenvolvimento econômico e político, conforme a lógica do despotismo esclarecido que orientava o governo pombalino (Saviani, 2008).

Para Nóvoa (1992), a importância das reformas de Pombal ultrapassa o contexto português, pois estabelece um paradigma de escola moderna: racional, burocrática e subordinada ao Estado. Esse paradigma se difundiria posteriormente em vários países europeus e influenciaria as políticas educacionais das colônias, inclusive o Brasil.

No caso brasileiro, o ensino jesuítico possuía caráter missionário e catequético, voltado à evangelização dos povos indígenas e à formação moral da população. A substituição desse modelo por um ensino controlado pelo Estado significou a introdução de um novo ideal pedagógico, fundado na razão e no civismo (Bittencourt, 2012).

O impacto das reformas pombalinas no Brasil colonial foi imediato. A instalação de aulas régias nas principais vilas e cidades marcou o início da educação pública e oficial, embora restrita a um número pequeno de alunos e centrada nas necessidades administrativas da Coroa (Carvalho, 2011).

De acordo com Romanelli (2010), esse modelo inaugurou uma estrutura de ensino que perdurou, em grande parte, até o século XIX, caracterizada pela centralização, pela carência de professores qualificados e pela ausência de uma pedagogia voltada à inclusão social.

As reformas pombalinas também introduziram a ideia de educação como instrumento de poder político, reforçando a autoridade do Estado sobre os indivíduos. Essa concepção transformou a escola em espaço de controle social e disciplinamento, aspecto que Michel Foucault (2009) identificaria séculos depois como característica fundamental das instituições modernas.

Embora a educação pombalina tenha se mostrado limitada e excludente, ela plantou as sementes da escola pública laica e estatal. Essa herança, reinterpretada ao longo da história, foi decisiva para a consolidação de sistemas nacionais de ensino nos séculos XIX e XX (Nóvoa, 1992).

No Brasil imperial, as ideias pombalinas de centralização e uniformização continuaram influenciando as reformas educacionais. O Ato Adicional de 1834 e as reformas de Couto Ferraz (1854) retomaram princípios de controle estatal e racionalização administrativa já delineados no século XVIII (Saviani, 2008).

Durante a Primeira República, as políticas educacionais mantiveram o caráter seletivo e hierarquizado herdado do modelo pombalino. A educação permaneceu restrita às camadas médias e à elite urbana, perpetuando desigualdades de acesso e qualidade (Romanelli, 2010).

Segundo Carvalho (2011), a permanência dessas características reflete a dificuldade histórica de construir uma educação verdadeiramente democrática e inclusiva. A herança pombalina manifestou-se na burocratização do ensino e na manutenção de uma estrutura verticalizada de poder.

Na contemporaneidade, embora o discurso educacional valorize a autonomia e a participação, ainda se observam traços da racionalidade pombalina na gestão das escolas, na centralização das políticas públicas e na valorização da eficiência administrativa sobre a dimensão humana da educação (Nóvoa, 1992).

Saviani (2008) ressalta que compreender o legado pombalino é fundamental para entender a formação do pensamento pedagógico brasileiro. As bases da escola moderna, racional e controlada pelo Estado, constituem tanto um avanço civilizatório quanto uma limitação histórica, pois tendem a subordinar o ensino às finalidades políticas e econômicas do poder.

Dessa forma, a fundamentação teórica evidencia que o projeto de Pombal, ao introduzir a laicização e a estatização do ensino, transformou definitivamente a relação entre educação, Estado e sociedade. Essa transformação, embora inspirada nos ideais iluministas, manteve contradições entre o ideal de universalização e a prática elitista que persiste até os dias atuais (Romanelli, 2010).

Assim, compreender o impacto do Marquês de Pombal na história da educação é compreender a própria gênese do sistema educacional brasileiro, que ainda hoje reproduz traços de centralização, hierarquia e controle herdados do século XVIII (Carvalho, 2011).

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, histórica e bibliográfica, fundamentada na análise interpretativa de fontes teóricas e documentais que abordam o impacto das reformas pombalinas no sistema educacional português e brasileiro. A escolha desse método decorre da necessidade de compreender o fenômeno educacional em sua totalidade histórica, considerando as relações entre contexto social, político e cultural (Lüdke & André, 2013).

A abordagem qualitativa foi selecionada por possibilitar a análise aprofundada de significados, valores e processos que não podem ser quantificados, privilegiando a compreensão do fenômeno em sua complexidade (Minayo, 2010). Nesse sentido, o estudo busca interpretar as ideias e as práticas educacionais instauradas pelo Marquês de Pombal, bem como suas influências na formação da estrutura educacional brasileira.

O caráter histórico da pesquisa justifica-se pela necessidade de revisitar o século XVIII como período determinante para a constituição da modernidade educacional lusitana e para a compreensão da gênese da educação pública no Brasil. A investigação, portanto, fundamenta-se na perspectiva da História da Educação, entendida como campo interdisciplinar que articula a análise histórica com os fundamentos pedagógicos e sociopolíticos da educação (Saviani, 2008).

De acordo com Nóvoa (1992), o método histórico permite compreender a educação como processo social e cultural em constante transformação, evidenciando a permanência e a mutação de práticas pedagógicas e políticas ao longo do tempo. Assim, ao investigar o legado pombalino, a pesquisa adota uma postura crítica e interpretativa, evitando anacronismos e reconhecendo as especificidades de cada contexto.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida com base na leitura e análise de obras clássicas e contemporâneas que abordam o pensamento iluminista, as reformas pombalinas e a história da educação no Brasil. Foram consultadas fontes primárias, como decretos e leis do período pombalino, e fontes secundárias, incluindo livros, artigos científicos e dissertações (Marconi & Lakatos, 2017).

O levantamento bibliográfico concentrou-se em autores que discutem a construção histórica da educação brasileira e a influência da política portuguesa, entre eles Saviani (2008), Romanelli (2010), Carvalho (2011), Haidar (2006), Bittencourt (2012) e Nóvoa (1992). Essas obras ofereceram o suporte teórico necessário para a análise crítica das continuidades e rupturas entre o projeto pombalino e as políticas educacionais contemporâneas.

Quanto aos procedimentos metodológicos, o estudo seguiu as etapas:

- a) levantamento do referencial teórico sobre o tema;
- b) leitura analítica e fichamento das obras selecionadas;
- c) categorização das ideias centrais relacionadas ao legado pombalino;
- d) interpretação e síntese das informações obtidas à luz dos objetivos da pesquisa.

A análise dos dados foi realizada de forma interpretativa, com base no método hermenêutico-dialético, que permite a articulação entre o contexto histórico e o significado dos fenômenos educacionais (Gadamer, 2011). Essa abordagem possibilitou compreender as contradições inerentes ao processo de secularização e centralização da educação promovido por Pombal, bem como seus desdobramentos no Brasil.

Optou-se por uma metodologia descritivo-analítica, voltada à compreensão dos fenômenos em vez de sua mensuração. Dessa forma, buscou-se interpretar os discursos e práticas educacionais pombalinas como parte de um projeto político mais amplo, voltado à modernização do Estado e ao controle social por meio da instrução (Romanelli, 2010).

Além da análise teórica, a pesquisa considerou a influência das reformas pombalinas nas políticas públicas educacionais subsequentes, observando documentos históricos e marcos

legais, como o Ato Adicional de 1834 e a Reforma de Couto Ferraz (1854), que expressam a permanência de princípios herdados do século XVIII (Carvalho, 2011).

A metodologia também contempla o exame comparativo entre o modelo pombalino e as políticas educacionais contemporâneas, com o objetivo de identificar a persistência de traços estruturais, como a centralização administrativa, a ênfase no ensino racional e a desigualdade de acesso à educação (Saviani, 2008).

A validade do estudo fundamenta-se na coerência entre os objetivos propostos e os procedimentos metodológicos adotados. A revisão bibliográfica sistematizou o conhecimento acumulado sobre o tema e possibilitou o desenvolvimento de uma análise crítica e fundamentada, conforme recomenda Gil (2019).

Do ponto de vista ético, a pesquisa respeitou os princípios de integridade acadêmica, assegurando a devida citação das fontes e evitando interpretações tendenciosas ou anacrônicas dos fatos históricos. O estudo não envolveu sujeitos humanos nem dados pessoais, dispensando a necessidade de aprovação por comitê de ética.

Por fim, destaca-se que o método histórico-analítico adotado possibilitou reconstruir o processo de transformação da educação portuguesa e brasileira a partir das reformas pombalinas, oferecendo uma leitura que articula o passado e o presente, a teoria e a prática, a política e a pedagogia.

Assim, a metodologia empregada busca garantir rigor científico, coerência teórica e profundidade interpretativa, contribuindo para a compreensão do legado do Marquês de Pombal e de sua influência sobre a constituição da educação brasileira moderna.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos a partir da análise bibliográfica e histórica revelam que as reformas educacionais implementadas pelo Marquês de Pombal representaram um divisor de águas na história da educação portuguesa e, por consequência, na brasileira. A expulsão dos jesuítas e a criação das aulas régias, embora motivadas por razões políticas e econômicas, inauguraram um novo paradigma pedagógico, laico e estatal, que rompeu com séculos de monopólio religioso da instrução (Saviani, 2008).

As mudanças empreendidas por Pombal inserem-se no contexto mais amplo do Iluminismo europeu e do despotismo esclarecido. O objetivo do governo português era modernizar o império e fortalecer o poder régio, utilizando a educação como instrumento de

racionalização social e de controle político (Carvalho, 2011). Nesse sentido, a instrução passou a ser vista não apenas como um direito, mas como um dever do Estado e uma ferramenta de formação do cidadão obediente e útil.

De acordo com Romanelli (2010), o sistema pombalino não visava à democratização do ensino, mas à formação de quadros administrativos e técnicos capazes de servir à Coroa. Essa concepção elitista e pragmática seria incorporada posteriormente pela educação brasileira, que manteve, por longos períodos, uma estrutura voltada à formação das elites e ao controle ideológico das classes subalternas.

Os resultados da pesquisa indicam, portanto, que o legado pombalino foi ambíguo: de um lado, representou um avanço ao estabelecer a educação pública e laica; de outro, perpetuou desigualdades sociais e consolidou a centralização do poder educacional nas mãos do Estado (Nóvoa, 1992).

A análise das fontes demonstra que as reformas pombalinas contribuíram para a constituição de uma mentalidade estatal moderna, mas também instituíram a burocratização e a rigidez administrativa como características permanentes do sistema educacional lusitano e brasileiro (Bittencourt, 2012).

No Brasil colonial, a implementação das aulas régias foi marcada por dificuldades estruturais, escassez de professores qualificados e resistência das populações locais. Apesar disso, essas aulas simbolizaram o primeiro passo para a institucionalização do ensino público, um marco que influenciaria todas as reformas educacionais subsequentes (Haidar, 2006).

Durante o Império, os princípios pombalinos foram reapropriados em novas legislações, como o Ato Adicional de 1834 e as reformas de Couto Ferraz em 1854, que reafirmaram a centralização administrativa e a função moralizadora da escola. Esses marcos jurídicos reforçaram a ideia de que o Estado era o principal agente da educação, seguindo a lógica racionalista introduzida no século XVIII (Saviani, 2008).

Ao longo da Primeira República, a herança pombalina manifestou-se na permanência de um modelo de ensino seletivo e excludente. A ênfase em conteúdos disciplinares e na obediência à autoridade do professor reproduziu a racionalidade instrumental herdada do despotismo esclarecido (Romanelli, 2010).

A análise comparativa entre as práticas do século XVIII e as políticas educacionais modernas evidencia que, embora as finalidades tenham se transformado, a estrutura centralizadora e burocrática do sistema permanece como traço distintivo da educação brasileira.

Essa característica revela a permanência de uma lógica administrativa que privilegia o controle em detrimento da autonomia pedagógica (Carvalho, 2011).

Segundo Nóvoa (1992), o modelo de escola moderna consolidado a partir das reformas pombalinas foi exportado para diversas regiões do mundo, inclusive para o Brasil. Essa escola racional, uniforme e hierarquizada ainda serve como referência institucional, mesmo em tempos de democratização e descentralização das políticas educacionais.

Os resultados mostram também que a concepção pombalina de educação, centrada na utilidade social e no civismo, influenciou as reformas republicanas e até os projetos educacionais do século XX, como os de Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo. Esses autores, embora defendessem uma escola democrática, mantinham a ideia de que o ensino deveria servir ao progresso nacional e à formação cívica (Saviani 2008).

Ao examinar a atualidade desse legado, percebe-se que os princípios pombalinos de racionalidade, eficiência e laicidade permanecem presentes nas políticas públicas de educação, sobretudo nas diretrizes curriculares e nos sistemas de avaliação que reforçam a padronização e o controle estatal (Carvalho, 2011).

Contudo, as contradições do modelo pombalino continuam evidentes. A promessa de uma educação pública universal convive com desigualdades profundas de acesso e qualidade, reproduzindo a lógica seletiva instaurada desde o século XVIII. Essa permanência histórica indica que a democratização da educação brasileira ainda enfrenta obstáculos estruturais (Romanelli, 2010).

Do ponto de vista crítico, Saviani (2008) destaca que as reformas pombalinas, embora inspiradas em ideais iluministas, foram aplicadas em um contexto absolutista, o que limitou seu potencial emancipador. Essa ambiguidade histórica — entre modernização e autoritarismo — se reflete, até hoje, nas tensões entre democratização e controle que permeiam o sistema educacional.

A pesquisa também revelou que o discurso da modernidade educacional, inaugurado por Pombal, manteve uma relação estreita com os interesses econômicos e políticos do Estado. A instrução pública, ao invés de emancipar, serviu muitas vezes para reforçar hierarquias sociais e consolidar o poder central (Bittencourt, 2012).

Por outro lado, o estudo aponta que as reformas pombalinas introduziram no imaginário coletivo a ideia de que a educação é um bem público e um dever do Estado — princípio que

orienta, até hoje, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) (Brasil, 1996).

Em síntese, os resultados demonstram que o impacto do Marquês de Pombal na história da educação brasileira é estrutural e duradouro. Ele moldou as bases de uma escola estatal, racional e laica, cuja influência ultrapassa séculos e ainda orienta as políticas educacionais do presente (Nóvoa, 1992).

Portanto, a discussão sobre o legado pombalino permite compreender as contradições que persistem na educação brasileira contemporânea: entre a modernização e a exclusão, entre o ideal de cidadania e a realidade da desigualdade, entre a autonomia pedagógica e o controle burocrático do Estado (Saviani, 2008).

CONCLUSÃO

O estudo realizado permitiu compreender que as reformas implementadas pelo Marquês de Pombal, no contexto do século XVIII, representaram um marco decisivo na transição da educação religiosa para a educação estatal, laica e racional. A expulsão dos jesuítas, a criação das aulas régias e a reorganização do ensino foram medidas que redefiniram o papel do Estado e da escola na formação do cidadão e na consolidação do poder político da Coroa portuguesa.

12

Verificou-se que o projeto pombalino não se limitou à reestruturação pedagógica, mas implicou uma verdadeira reformulação das bases ideológicas da instrução pública. O ensino passou a ser concebido como instrumento de utilidade social e de fortalecimento do Estado, afastando-se dos valores teológicos e aproximando-se dos princípios iluministas de racionalidade e progresso (Saviani, 2008).

Os resultados obtidos confirmam que o legado do Marquês de Pombal é ambíguo: ao mesmo tempo que promoveu uma modernização institucional e a emergência de uma educação pública, consolidou uma estrutura centralizadora e autoritária que limitou a autonomia das práticas docentes e o acesso das camadas populares à escola (Carvalho, 2011).

No caso brasileiro, essa herança pombalina foi transplantada para o sistema colonial e, posteriormente, reconfigurada durante o Império e a República, revelando uma permanência estrutural de padrões de controle e hierarquização educacional. A centralização administrativa, a ênfase na disciplina e a racionalização curricular são traços que persistem até a atualidade (Romanelli, 2010).

Constatou-se ainda que as ideias pombalinas de laicidade, eficiência e utilitarismo influenciaram profundamente os projetos de modernização educacional do século XX, incluindo as propostas da Escola Nova e as reformas inspiradas em Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo. Embora esses movimentos buscassem democratizar o acesso, mantiveram a lógica da escola como instrumento de progresso e integração nacional (Nóvoa, 1992).

A análise das políticas contemporâneas de educação no Brasil evidencia a permanência de traços pombalinos nas diretrizes curriculares, nas avaliações centralizadas e na visão do Estado como principal regulador do ensino. Essa continuidade histórica demonstra que o modelo pombalino não apenas sobreviveu, mas foi atualizado em diferentes contextos, adaptando-se às demandas políticas e econômicas de cada época (Bittencourt, 2012).

A pesquisa também apontou que as contradições do sistema educacional brasileiro — entre democratização e exclusão, autonomia e controle — remontam às tensões fundantes do projeto pombalino. A educação, desde o século XVIII, foi concebida simultaneamente como meio de emancipação e de controle social, o que explica a persistência de desigualdades estruturais no acesso e na qualidade do ensino (Saviani, 2008).

Portanto, compreender o impacto do Marquês de Pombal na educação significa reconhecer as raízes históricas do nosso sistema escolar e identificar as permanências que ainda moldam o presente. Essa análise histórica permite questionar os limites e as possibilidades da escola pública brasileira na construção de uma sociedade democrática e inclusiva.

Em síntese, o legado pombalino deve ser entendido como um processo de longa duração: suas contribuições foram decisivas para o surgimento da educação laica e estatal, mas seu caráter autoritário e elitista permanece como desafio a ser superado. Refletir sobre esse passado é, assim, fundamental para repensar o papel da educação no Brasil contemporâneo e reafirmar o compromisso com uma escola pública, crítica e verdadeiramente emancipadora (Carvalho, 2011; Romanelli 2010; Saviani, 2008).

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008. Disponível em: <https://ppghistoria.furg.br/images/Selecao/bittencourt-circe-ensino-de-historia-fundamentos-e-metodospdf.pdf>. Acesso em: 11/12/2025.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da escola primária republicana (1924-1931)*. São Paulo: Cortez, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. Disponível em: https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17637/material/Foucault_Vigiar%20e%20punir%20I%20e%20II.pdf. Acesso em: 11/12/2025.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Brasil Império / O ensino secundário no império brasileiro*. São Paulo: vários editores (Editorial Grijalbo, Edusp, etc.), primeira edição em 1972

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 2. ed. São Paulo: EPU, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

NÓVOA, António (org.). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930-1973)*. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

14

SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. 22. ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 2001.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2014.